

Seção 3

Ata Circunstanciada da 2ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 9ª LEGISLATURA,
CONVOCADA PELO PRESIDENTE DA CLDF
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª
(SEGUNDA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 18 DE JANEIRO DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sob a proteção de Deus, e no uso das atribuições regimentais insertas no art. 67, inciso I, alínea *b*, da Lei Orgânica do Distrito Federal e no art. 120, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, bem como no Ato de Convocação publicado no DCL – Diário da Câmara Legislativa de 17 de janeiro de 2023 e de 9 de janeiro de 2023, declaro aberta a presente sessão extraordinária de quarta-feira, 18 de janeiro de 2023, às 15h16min.

Quero agradecer a presença de todos os nossos assessores e assessoras que estão aqui nos ajudando, do pessoal da imprensa. Muito obrigado pela presença de todos os que aqui estão.

Solicito à *TV Câmara Distrital* que inicie sua transmissão.

Solicito que os Deputados que estão em plenário registrem suas presenças.

Solicito à Assessoria da Mesa que registre a presença do Deputado Joaquim Roriz Neto, da Deputada Doutora Jane, do Deputado Pastor Daniel de Castro, do Deputado Pepa, do Deputado João Cardoso. Obrigado pela presença de cada um dos senhores.

Convido o Vice-Presidente desta Casa, a quem agradeço a presença, Deputado Ricardo Vale, para secretariar os trabalhos da Mesa e proceder à leitura do requerimento que solicita a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI destinada a investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e em 8 de janeiro de 2023, especialmente aqueles contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Antes, porém...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. é testemunha de que havia dois pedidos de CPI: um, assinado pelo nosso bloco, com os três Deputados; e outro, pelo PSOL – Partido Socialismo e Liberdade e PSB – Partido Socialista Brasileiro.

Nós fizemos um entendimento nesta Casa, patrocinado por V.Exa., de que iríamos tratar de um requerimento único, a ser assinado pelos 24 Deputados, e que esse requerimento não teria um encabeçador – tanto é que foi proposto que se fizesse em ordem alfabética. Portanto, ninguém há de sair por aí dizendo que é proponente da CPI. A proponente é a Casa; os proponentes são os 24... ou melhor, os 23 que assinaram.

E, para participar da CPI, é preciso que os respectivos blocos indiquem o Deputado que participará.

Portanto, quero que fique claro aqui, no início, antes da leitura, que ninguém tem cadeira cativa e que não existe nenhum Deputado, ainda, participando da CPI – só irá participar depois que os blocos definirem quem irá ocupar, efetivamente, a CPI. É só para ficar claro isso.

Tenho visto na imprensa, fiquei calado, mas nesta abertura quero dizer: não existe um único proponente da CPI! Há 23 Deputados que assinaram, a formalidade é em ordem alfabética e os blocos terão de indicar os nomes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Chico Vigilante, sou testemunha, é exatamente o que V.Exa. colocou. É irretocável o seu encaminhamento, foi exatamente desse jeito, aconteceu dessa forma.

Lembro que o Deputado Max Maciel e o Deputado Fábio Felix pediram a palavra e chegamos a um consenso. Houve alteração, porque havia sido feita uma modificação, atendendo, inclusive, o pedido ali, porque excluía, naquele segundo, sem o consentimento de V.Exa., a data de 12 de dezembro. Não foi isso, Deputado Max Maciel? E então nós incluimos. Foi exatamente do jeito que V.Exa. colocou. O que retrata a realidade é exatamente o que V.Exa. acaba de encaminhar. Só para ficar registrado que é exatamente isso.

O Marcelinho me lembrou que o Deputado Daniel Donizet não assinou naquele momento porque ele estava fora, estava como secretário. Nada impede que o Deputado – a assessoria dele, caso esteja presente, por favor, encaminhe ao Deputado – ainda possa assinar até amanhã, antes da publicação, está bem?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Thiago Manzoni? Quem pediu a palavra?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Deputado Pastor Daniel de Castro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, desculpe-me, eu estava olhando aqui para dentro. Perdão, amigo. (Risos.)

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero corroborar a palavra do Deputado Chico Vigilante. Eu estava assessorando V.Exa. na Mesa e confirmo as palavras exatas do Deputado Chico Vigilante: foi pedido que essa CPI fosse assinada pela Casa.

Aqui faço um apelo ao Deputado Daniel Donizet, que estava em trânsito. S.Exa. estava nomeado Secretário de Estado, mas já com pedido de retorno à Casa. Portanto, o suplente dele, Deputado Reginaldo Sardinha, não poderia ter assinado.

Como nós temos discutido e falado para a imprensa que essa é uma CPI da Casa, assinada e subscrita por todos os Deputados, acho que seria de bom alvitre fazermos uma ação com o nosso querido Deputado Daniel Donizet para que S.Exa. pudesse assinar essa CPI para que realmente ela possa sair subscrita por todos da Casa, para que represente uma CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Outrossim, quero dizer que estou fora de Brasília, acompanhando virtualmente, e fui pego de surpresa hoje pela matéria do *Correio Braziliense* falando da CPI, das pessoas... Eu nem estou compondo a CPI, assim como nenhum de nós, porque isso será indicação dos blocos. Digo isso, só para deixar claro, porque não participei de nenhuma conversa aí. Tenho conversado constantemente com o Sr. Presidente, como é de costume, porque faço parte da Mesa Diretora da Câmara Legislativa.

Deixo claro que o nosso bloco ainda não chegou ao consenso sobre as duas indicações, apenas sobre uma. Provavelmente será indicada a Deputada Jaqueline Silva; a segunda cabe ao PP – Partido Progressista. Nossa Vice-Governadora, Governadora em exercício, Celina Leão, como presidente do partido, ficou de fazer a indicação do PP.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro, que reforça também o que foi dito pelo Deputado Chico Vigilante e que retrata a realidade do que aconteceu na 1ª Sessão Extraordinária, ocorrida no dia 9 de janeiro.

Peço que registrem a presença, Deputada Paula Belmonte, Deputado Robério Negreiros e Deputado Hermeto.

Diante disso, sugiro a leitura do requerimento.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente desta Casa, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE – “Requerimento nº 1/2023, de autoria de vários Deputados, que requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.”

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Requeremos, com fundamento no art. 68, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como dos arts. 72 a 74 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a instauração de Comissão Parlamentar de

Inquérito para investigar os atos preparatórios e executórios ocorridos, no Distrito Federal, em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Requer-se, desde já, a autorização para que a Comissão requisite, em caráter transitório, servidores desta Casa ou de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, inclusive para solicitar cessão, nas mesmas condições, de servidores da União que se façam necessários à execução dos trabalhos propostos pela Comissão.

Solicita-se, ainda, a disponibilização de recursos físicos desta Casa para a realização dos trabalhos.

A Comissão terá a duração de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis pela metade, nos termos regimentais, e será composta por sete membros, respeitando-se a proporcionalidade partidária da Câmara Legislativa do Distrito Federal.”

Assinam os seguintes Deputados: Deputado Chico Vigilante, Deputado Pastor Daniel de Castro, Deputada Dayse Amarílio, Deputado Eduardo Pedrosa, Deputado Fábio Felix, Deputado Gabriel Magno, Deputado Hermeto, Deputado Jorge Vianna, Deputado Martins Machado, Deputado Max Maciel, Deputada Paula Belmonte, Deputado Pepa, Deputado Reginaldo Sardinha, Deputado Ricardo Vale, Deputado Iolando, Deputada Doutora Jane, Deputada Jaqueline Silva, Deputado João Cardoso, Deputado Joaquim Roriz Neto, Deputado Robério Negreiros, Deputado Rogério Morro da Cruz, Deputado Roosevelt Vilela, Deputado Thiago Manzoni e Deputado Wellington Luiz.

Retificando: não foi assinado ainda pelo Deputado Reginaldo Sardinha.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Registro e agradeço a presença do Secretário Dr. Maurício e de toda a equipe do GDF – Governo do Distrito Federal que aqui se encontra. Obrigado pela presença.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito que registre a minha presença.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à Assessoria da Mesa que registre a presença do Deputado Roosevelt Vilela, nosso Segundo-Secretário. Obrigado pela presença.

Chegou mais alguém? (Pausa.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, o Deputado Hermeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Só um minuto, Deputada. Eu já havia registrado a presença, mas agradeço.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, S.Exa. está dizendo que o estão tirando do Zoom. É só para fazer essa observação. S.Exa. está dizendo no nosso grupo que, ao entrar, o tiram do Zoom.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É porque o Deputado é feio igual a mim, quanto menos aparecer melhor. (Risos.) A gente vai fazendo isso e vai equilibrando. Fica tranquila.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito que registre minha presença.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Jorge Vianna, já registrei, bem como a do Deputado Fábio Felix.

Quero informar que, a partir de agora, o Requerimento nº 1 segue para publicação.

Mais algum Deputado quer fazer uso da palavra?

Concedo a palavra ao Deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só uma informação, no site da Câmara Legislativa está constando um prazo de cinco dias para que a gente possa apresentar a composição dos blocos. No nosso entendimento, a gente pode tentar fazer isso hoje, fazer a indicação dos blocos e não precisar... A não ser que haja algum bloco que queira recompor as indicações ou a liderança. Acho que não precisa desse tempo todo para a gente fazer essas indicações e instaurar logo a CPI. É um tempo desnecessário tendo em vista que a maioria está aqui marcando presença, já foi lido o relatório e há um consenso de que os blocos já estão definidos.

Então, há um encaminhamento – não sei se os demais consideram isso importante e relevante – para a gente tentar publicar ainda hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Max Maciel, antes disso é necessário que seja feita a publicação da proporcionalidade. Portanto, só após isso começa a contar o prazo, só por essa razão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante e, na sequência, ao Deputado João Cardoso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. acabou de pedir ao Deputado Ricardo Vale que lesse o requerimento de pedido de CPI.

A CPI agora será, de acordo com o Regimento Interno, publicada. Depois da publicação, os blocos parlamentares, de acordo com o Regimento Interno, terão cinco dias para indicar os nomes. É preciso que a gente cumpra efetivamente o Regimento para que não haja nenhum questionamento depois, quando chegarmos na hora da aprovação do relatório da CPI.

Eu já conversei no nosso bloco do PT – Partido dos Trabalhadores – eu, o Deputado Ricardo Vale e o Deputado Gabriel Magno – e, depois da publicação, nós indicaremos o meu nome para compor a CPI. Tenho dito que essa CPI não é nem de governo, nem de oposição. Ela tem que ser a CPI da verdade. Tem que ir fundo nos crimes cometidos aqui no Distrito Federal tanto no dia 12 de dezembro quanto no dia 8 de janeiro. Não é pouca coisa o que aconteceu na Capital da República.

Todos nós Deputados estamos aqui nesta Casa porque existe a democracia no Brasil; senão, nós não estaríamos aqui. E o que aconteceu tanto no dia 12 quanto no dia 8 foi um atentado à democracia.

Eu estive hoje no Palácio do Planalto – não havia ido lá ainda –, em uma reunião de sindicalistas das centrais sindicais com o Presidente Lula. Fora a destruição de obras de arte e de uma série de coisas que nós vimos na televisão, eu pude ver, Deputado Wellington Luiz, a destruição dos banheiros do Palácio do Planalto, vasos arrancados e a brutalidade com que esses atos foram praticados.

Pude verificar também – e nós estamos vendo na imprensa, Deputada Dayse Amarílio – o tanto de bandido que havia nesses acampamentos. Eram criminosos, condenados, que estavam lá, inclusive aquele que destruiu aquele relógio trazido por D. João VI. Um bandido, Deputado Thiago Manzoni, procurado pela polícia e condenado pela Justiça, estava lá no meio.

A pessoa pode ser de direita, mas de direita civilizada, pode ser de esquerda, pode ser de centro, é opção política dela; agora, ela não pode ser animal. Não pode ser bandido, não pode confundir, achar que se pode derrubar um governo democraticamente eleito.

Eu estava me lembrando de um velho Senador da República que foi Ministro da Justiça, uma pessoa por quem eu tinha o maior respeito. Guardadas as devidas proporções, V.Exa. estava lá comigo quando houve aquele tiroteio da Polícia Militar com a Polícia Civil. Eu havia acabado de ser eleito Deputado Federal, e nós fomos para uma audiência com o Ministro da Justiça Jarbas Passarinho – V.Exa. está lembrado. Chegando lá, ele nos olhou e falou: “Vocês acham que vão derrubar um governo?” E olha que, depois, o governo foi derrubado pela sociedade, era o Governo Collor. Ele disse: “O governo não é uma coisa fácil de derrubar”. Portanto, esses aventureiros, bandidos, que ficaram na sombra dos quartéis e que aprontaram o que aprontaram, terão que ser punidos.

Eu quero voltar a um ponto aqui, Sr. Presidente. A imprensa tem me perguntado: “Vocês vão convocar ou não o Governador Ibaneis?” A minha resposta é: nós vamos, no que depender de mim, agir de acordo com o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal. Se a Lei Orgânica prevê a convocação de governador, a gente convoca; se não prevê, a gente não convoca. Eu não faço firula. Eu não falo daquilo que eu não posso fazer.

Portanto, é preciso que os sete integrantes da CPI – e eu serei um deles, com certeza – tenham a noção exata do que pode e do que não pode; ir fundo, efetivamente, nas investigações e apontar os responsáveis por essa coisa terrível que aconteceu aqui, no Distrito Federal.

Daqui a quatro anos haverá eleição novamente. Quem não estiver satisfeito vá lá e a dispute. Se ganharem...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – ...serão aplaudidos; se perderem, que se regenerem e se recomponham com a derrota e passem para a próxima.

Não podem aprontar o que aprontaram na Capital da República, porque viramos manchete no

mundo inteiro não por coisa boa, mas por um quadro terrível e tenebroso que foi aquele que aconteceu.

Estarei na CPI e vou agir de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, com a Constituição Federal e com o Regimento Interno desta Casa.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, registre a minha presença por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Chico Vigilante, parabéns pelo pronunciamento, pela transparência e pela responsabilidade.

Deputado, é isso mesmo. O ódio descarregado naquele dia precisa, de fato, ser apurado com muito rigor – aqueles criminosos travestidos de manifestantes.

A nossa origem, a minha e a sua, é a de sindicalista e, muitas vezes, nós nos manifestamos. V.Exa. lembrou inclusive a questão do tiroço, o que jamais pode ser confundido com ato de banditismo. Eu sempre fui manifestante. Eu sempre briguei por aquilo que entendia que era o meu direito, o direito da minha categoria ou daqueles que eu representava. Agora, fazer o que fizeram – e eu vi aquela cena –, eles têm de ir para a cadeia mesmo. É uma pena que não haja prisão perpétua aqui, que é o que mereciam.

Parabéns, Deputado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O primeiro a pedir a palavra foi o Deputado João Cardoso.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deixem-me passar a palavra primeiramente ao Deputado João Cardoso. Na sequência, ao Deputado Hermeto, ao Deputado Robério Negreiros, ao Deputado Jorge Vianna...

Deixem-me anotar: Deputado João Cardoso, Deputado Hermeto, Deputado Robério Negreiros, Deputado Jorge Vianna, Deputada Dayse Amarílio, Deputado Rogério Morro Da Cruz e Deputado Gabriel Magno. É isso.

Concedo a palavra ao Deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento todos os Parlamentares aí reunidos e também aqueles que nos acompanham.

Com relação ao que o Deputado Max Maciel falou, sobre o nosso Bloco A Força da Família, isso já foi esclarecido e era o que eu tinha a falar. Nós ainda estamos fazendo a composição para fazer a indicação dos componentes da CPI.

Para deixar claro aqui, quero dizer que realmente teremos de fazer essa investigação e que seja apurada a verdade. A verdade tem que ser apurada e colocada de forma muito clara para todos, para toda a população do Distrito Federal e do nosso Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado João Cardoso.

Antes de passar a palavra ao Deputado Hermeto, quero que V.Exa. me permita ler o art. 61, para fazer um esclarecimento ao Deputado Max Maciel.

“Art. 61. Estabelecida a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões, os Líderes comunicarão ao Presidente da Câmara Legislativa, no prazo de cinco dias, os nomes dos membros das respectivas bancadas que, como titulares e suplentes, irão integrar cada uma delas.”

Como foi bem dito aqui pelo Deputado Chico Vigilante, Deputado Max Maciel, caso não façamos isso, pode haver algum questionamento e, em vez de acelerar o processo, pode ser que o atrasemos ainda mais.

Agradeço a compreensão de V.Exa. Se pudermos fazer o encaminhamento pelas vias normais, talvez, isso seja mais célere. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, peço que

registre a minha presença. Segundo, faço das palavras do Deputado Chico Vigilante, o que o Deputado disse agora no plenário, as minhas: a CPI será um instrumento muito – tomara – eficiente, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal e com a Constituição, para que possamos realmente separar o joio do trigo, para que possamos individualizar a conduta de cada um, para que possamos chegar à verdade, sem calor, sem emoção, já num clima mais ameno. Que possamos chegar realmente aos que causaram tudo isso, a toda essa bandidagem que invadiu os órgãos públicos. São verdadeiros vândalos, bandidos travestidos de manifestantes.

Tenho certeza absoluta de que V.Exa., como Presidente, e os membros do Parlamento chegaremos a uma CPI em que buscaremos a verdade com total imparcialidade, para que possamos realmente aplicar a lei de forma eficiente, podendo, repito, chegar aos verdadeiros mandantes, não só aqueles que quebraram, que depredaram, aqueles bandidos, mas também os que estão por trás, dando sustentação, dando logística a tudo isso. Sem medo algum, espero participar desta CPI. Eu quero participar para que se possa realmente fazer justiça; todos nós, membros aqui do Parlamento.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Hermeto, pelas palavras.

DEPUTADA DOUTORA JANE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DOUTORA JANE (AGIR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer a minha inscrição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A Deputada Doutora Jane está inscrita. Obrigado, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer uma proposta. A questão de prazo regimental é muito importante e a gente seguir tudo o que está preceituado no Regimento também. Em outras CPIs já propostas nesta Casa, foi de praxe a concessão de um prazo. Acho que cinco dias fica demasiado, mas a gente poderia colocar até quinta e sexta-feira, a fim de todos os blocos terem esse período de dois dias se, eventualmente, houver troca de Parlamentares. Depois da publicação, a proporcionalidade não pode mais mudar. Proponho que coloquemos o prazo até quinta e sexta-feira para que os blocos possam ainda se movimentar e, na segunda-feira, essa proporcionalidade seria publicada. Com o término desse prazo, colocaríamos cinco dias para que os Líderes pudessem fazer essa indicação.

Quanto à questão da investigação, primeiro, parabéns ao Poder Legislativo local! Acho que, nos meus quatro mandatos – o Deputado Chico Vigilante é mais experiente e também pode falar disto –, nunca vi uma CPI em que os 24 Parlamentares tivessem assinado e apoiado, justamente pela busca da verdade. Não sei se serei membro. Por mais que eu tenha sido o primeiro signatário, só irei, realmente, se o bloco me indicar. Como Líder de Governo, quero já declinar de qualquer candidatura para Presidente ou Vice-Presidente, como também de eventual indicação para Relator, para que se coloque justamente a imparcialidade de todos os trabalhos.

Então, já abdicó de qualquer tipo de função, caso seja da vontade do meu bloco que eu seja representante, a fim de que a gente possa fazer uma investigação justa e séria, respeitando-se a Oposição e a Situação. Acho que nós Parlamentares, representando a população, temos que buscar essa verdade, que é o mais importante.

Agora, o principal é individualizar as condutas. A gente não está esquecendo aqui que o GDF tem a sua parcela de responsabilidade – vai ter que se apurar isso –, mas quero deixar bem claro que há que se ver também onde a União pecou. Há vários relatos de liberação de 40 militares, no Palácio do Planalto, no dia do problema, e a Força Nacional estava com 27 integrantes somente no dia da confusão, se é que isso pode ser chamado de força.

Não estamos aqui para acusar. Acho que temos de investigar conforme a Constituição Federal.

Sobre a convocação do Governador do DF – Distrito Federal, ela não é permitida – já adianto o que o Deputado Chico Vigilante disse –, pela questão da separação dos Poderes. Sobre a questão de convite, cabe ao Governador do DF se manifestar. Não posso falar por ele aqui. Se houver um convite, se for conveniente ou não a oitiva do governador... E que a gente possa parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela experiência dele, que é o decano aqui da Casa.

A gente vai seguir não só o Regimento Interno, mas também a Lei Orgânica do Distrito Federal

e, principalmente, a Constituição. Esses atos de barbárie, por unanimidade aqui, ninguém concorda com eles. Acho que quem está na política e concorda com isso deve sair dela, porque a gente tem que defender o Estado Democrático de Direito com todas as égides e todas as possibilidades.

Então, peço, Presidente, que haja esse prazo de dois dias, que é razoável para uma eventual mudança. A gente não tem como prever, Deputado Max Maciel, se um Deputado vai mudar ou não. Isso é muito importante.

E que haja, depois, na segunda-feira, a publicação da proporcionalidade, para que possa correr o prazo regimental de cinco dias, porque isso é muito importante.

Enfatizo que deve ser observado o prazo não para postergar, mas para evitar qualquer tipo de mácula na CPI, o que é muito importante. Quando se tem uma mácula no início, isso pode contaminar todo o resto.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros. Acho ponderada a proposta de V.Exa.

Se todos concordarem, não vejo problema em encaminhar e em aceitar essa proposta. Depende dos Parlamentares. V.Exa. a encaminhou com muita coerência.

Concedo a palavra à Deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para lembrar: seria eu, mas ela pode falar primeiro. Não há problema, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Oi, Deputado?

DEPUTADO JORGE VIANNA – Seria eu, pela ordem de inscrição, mas a Deputada Dayse Amarílio pode falar primeiro. É tranquilo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não, Deputado Jorge Vianna. Não é V. Exa., não! V.Exa. é depois! Está querendo dar pança? Não vai dar pança aqui, não! V.Exa. é depois! (Risos.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Não, não. Pode olhar aí! Pode olhar aí ou nas notas taquigráficas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está tudo aqui, Deputado Jorge Vianna! V.Exa. é depois, Deputado Jorge Vianna. Logo depois, na sequência, V.Exa. fala. (Risos.)

Obrigado, Deputado Jorge Vianna.

Concedo a palavra à Deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas.

Obrigada, Deputado Jorge Vianna. Tenho certeza de que V.Exa. cederia a vez para mim. Obrigada! V.Exa. é meu conterrâneo de luta, digamos assim, não é?

Sr. Presidente, eu queria só esclarecer uma coisa. Independentemente da decisão que tomarmos aqui, nesta tarde, uma coisa tem de ficar clara: nós, que somos novatos, temos feito o trabalho de estudar o Regimento, não é? Desejamos respeitar a Lei Orgânica, até porque todo o processo que queremos é uma defesa da democracia. Então, tem que passar, com certeza, pela questão do respeito a esta Casa e às leis. Mas eu só queria deixar claro também que a gente tem sido muito cobrado – acho que todos nós temos sido cobrados – em relação ao que aconteceu e à resposta social que eu acredito que esta CPI precisa dar. Acho que temos um consenso quanto a isso.

Pelo que eu entendo da Lei Orgânica e do próprio Regimento da Casa, estamos em Plenária. A Plenária é soberana e isso também está dentro do Regimento Interno, não é? Então, acho que a gente poderia tentar... Acho que até a proposta do Deputado Robério Negreiros, pelo que entendi, seria um meio termo porque, pelo que a gente tem lido, o requerimento de hoje teria um prazo regimental de dois dias para ser publicado. Agora, se a gente quiser publicar hoje, houver consenso e isso for aprovado, a gente pode fazê-lo. É aí, depois, a gente teria a proporcionalidade.

O que tem de ficar claro também é que o nosso bloco – eu, o Deputado Max Maciel e o Deputado Fábio Felix – foi um dos primeiros, junto com o PT, a pedir a questão da CPI. Logo depois se

entrou em um consenso quanto a fazer uma CPI pela Casa – eu acho que é uma coisa histórica; é uma coisa que realmente já trouxe uma resposta de que as pessoas estão realmente esperançosas de trabalhar juntas, sem esquerda, sem direita, em relação à defesa da democracia – e a gente realmente percebeu que ia ser uma boa proposta e comprou essa ideia.

Independentemente de serem dois, três, quatro ou cinco dias, o que a gente viu, da última Plenária extraordinária para cá, é que os blocos já se movimentaram e já foram formados. Conta vai e conta vem e soma e tal... Então, o que a gente viu é que o movimento já aconteceu. Acredito que não vá mudar muita coisa. Acho que os blocos vão estar representados. Acho que vai ser uma CPI que terá representatividade de todos esses blocos. O que ela representa realmente não é a esquerda ou a direita ou um posicionamento ideológico. Acho que esta é uma questão que o meu bloco realmente está defendendo também – a gente esteve conversando ali; com o Fábio não pude conversar, porque ele está remoto.

O que peço a V.Exa. é que a gente agilize isso o mais rapidamente possível. Então, é extremamente necessário se darem esses cinco dias? Realmente isso vai impactar a questão do relatório?

Acho que política é acordo e esta sessão é soberana. A Plenária é soberana. Se a gente puder fazer um meio termo, para agilizar... Até porque precisamos dar essa resposta à sociedade. Então, conto com o bom senso dos colegas e, principalmente, com o do Sr. Presidente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Dayse Amarílio.

Concedo a palavra ao Deputado Max Maciel.

Na sequência, concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Só é importante frisar aqui que ninguém quer atropelar o Regimento. Como a companheira Deputada Dayse Amarílio bem pontuou, o Plenário é soberano.

Agora, para nós, é importante, independente do acordo que for lançado aqui com relação ao prazo, que seja colocado para promulgar: que esse prazo corra durante o recesso. Nós estamos falando de algo muito urgente que está sendo tratado pela imprensa nacional e internacional, algo que não dá mais para dilatar. Então, que a gente consiga colocar, inclusive, esses prazos, durante o recesso, corridos. Senão, daqui a pouco, chega o carnaval e essa CPI não anda se for seguir regimentalmente isso. Que a gente respeite o Regimento; contudo, dada a urgência, há o encaminhamento necessário nesse sentido.

Só queria falar essa questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, como nós estamos em uma convocação de sessão legislativa extraordinária, já não conta esse prazo. V.Exas. são testemunhas de que temos sido extremamente zelosos com isso. Ocorreu o fato no dia 8 e, no dia 9, nós estávamos aqui. A gente tem dado toda celeridade possível. Ninguém vai jogar a sujeira debaixo do tapete.

Eu já participei de outras CPIs nesta Casa e nunca tinha visto uma adesão desse tamanho, até porque é a maior mesmo, de todos os 24 Deputados. O Deputado Daniel Donizet não assinou ainda, mas tenho certeza de que vai assiná-la. Então, todos nós queremos que esses fatos sejam apurados, até porque foi um atentado à democracia. Independente de questões ideológicas, todos nós, que somos do bem, queremos que esses fatos sejam apurados.

A gente terá o cuidado – e aí V.Exa. colocou bem – de não atropelar o Regimento. Havendo qualquer coisa que possa gerar questionamento, ao invés de a gente acelerar esse processo, a gente pode acabar atrasando-o ainda mais. Se algum Deputado questionar que houve uma antecipação do prazo, não havendo concordância, os dois ou três dias que nós ganhamos podem se tornar vinte dias que nós perderemos. É só um cuidado que peço a V.Exas., porque isso vai acontecer semana que vem.

Não há atraso. Com todo o cuidado, respeitando, inclusive, a vontade de cada colega para que aconteça o mais rápido possível. Não haverá manobra. V.Exas. têm a minha palavra, a gente tem tomado decisões de forma conjunta para que aconteça o mais rápido possível. Todos nós queremos dar uma resposta para a sociedade do que aconteceu e colocar esses bandidos na cadeia, se assim for possível.

Muito obrigado.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria me inscrever na fala.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos que estão assistindo à sessão. Boa tarde aos nossos colegas servidores.

Primeiramente, Presidente, eu queria deixar minhas condolências às famílias da nossa amiga enfermeira Edy Mascarenhas, esposa do ex-Senador Hélio José – ela teve uma morte súbita, muito repentina –, bem como do nosso colega condutor do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência Francisco Barros, que também teve uma morte trágica. Então, às famílias desses dois colegas de profissão, colegas da saúde, minhas condolências.

Presidente, eu quero aqui parabenizar o governo. Vou falar governo porque, embora a nossa Governadora Celina Leão seja interina, S.Exa. está fazendo com que a coisa aconteça. E uma das coisas que irá acontecer é a nomeação dos mais de mil servidores da Secretaria de Saúde. Ora, nós estamos passando por um processo bem traumático, bem complexo, jamais visto aqui em Brasília: o afastamento de um governador em exercício, toda essa repercussão negativa da cidade que nos envergonha, inclusive.

Eu não estou nada satisfeito e tranquilo sabendo que a nossa cidade está sendo demonizada pelo resto do Brasil, pelo mundo inteiro, por tudo que vem acontecendo de forma até, digamos assim, atabalhoada, porque houve o afastamento, houve a prisão do secretário por questões que eu diria até políticas, porque os envolvidos no processo que está sendo investigado foram presos. Mas um governador, sem ter o direito de se defender, ser afastado dessa forma, eu não achei razoável, de verdade. E olha que eu sou um cara extremamente crítico ao governo, sempre serei, mas eu não achei isso razoável. Acho que foi desproporcional essa suspensão do governo, mas, enfim, o governo está andando, e a prova disso é que nós teremos essas nomeações.

Eu espero que, logo, nós façamos tudo de forma legal para que possamos esclarecer, colocar os devidos criminosos onde devem estar, mas que também sejamos um pouco imparciais com relação a esse tipo de coisa, porque é muito ruim você ter um Estado cujo Chefe do Executivo está afastado de uma forma tão abrupta por uma coisa que...

A gente está vendo, eu converso com a população, converso com as pessoas, e a maioria está sentindo que o próprio governador não deveria ter sofrido esse afastamento. Se ele é culpado, se não é culpado, nós vamos saber isso aqui na CPI. Não é à toa que todos nós assinamos a CPI para poder investigar.

Agora, na minha opinião, o governador deveria ser investigado no cargo, e não afastado. A minha opinião é essa. Mas, lógico, a gente não tem o poder de fazer essa revogação de algo do STF – Supremo Tribunal Federal, mas a gente também não pode ficar calado como se estivesse achando isso natural. Afinal de contas, quem afasta o governador somos nós, é o TJ – Tribunal de Justiça. E aí, de forma monocrática... Agora, lógico, foi confirmada pelo Pleno, pelos ministros. Mas eu acho que, no calor da emoção – o que parece ser em muitas decisões –, o próprio ministro do STF faz o que faz, e nós ficamos aqui: “Ah, não, não vou mexer, não vou tocar no assunto porque vai que sobre para mim”. Eu acho que não pode ser assim. A Câmara Legislativa não pode simplesmente aceitar o que vem lá de cima: “Não, eu não vou mexer”.

Então, talvez aqui eu esteja tocando um dedo na ferida. Talvez aqui muitos, inclusive, possam falar assim: “Poxa, Deputado, você está concordando com o que aconteceu?” Absolutamente! Eu só não acho que o governador deveria ser afastado. É a minha opinião. E olha que eu sou um cara crítico para caramba, aqui, com o Governador Ibaneis, e serei, mas eu também não achei justo o que aconteceu.

Obrigado, Presidente.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, Paula Belmonte aqui. Eu estou querendo fazer minha inscrição, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada Paula Belmonte inscrita.

Obrigado, Deputado Jorge Vianna, pelas palavras. Também me solidarizo com as famílias. Foi um gesto de extrema violência no Distrito Federal que precisa também ser apurado e punido com muito rigor.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Morro Da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PMN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os servidores da Casa, entendo que este é um dia muito importante para esta Casa Legislativa, tendo em vista a realização desta sessão extraordinária destinada à leitura do requerimento cuja finalidade, como bem sabemos, é a de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e também em 8 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Com esta iniciativa, a Câmara Legislativa do Distrito Federal se lança firme na defesa do Estado Democrático de Direito, ou seja, da democracia, pois não podemos concordar que ações de caráter antidemocrático que atentem contra o sistema eleitoral e os Poderes da República sejam tratadas de forma leniente. É preciso apontar e punir, sim, de forma exemplar os responsáveis pelos atos recentes que abalaram o nosso País. E esta CPI caminha no sentido de contribuir para essa finalidade.

Não posso também, Sr. Presidente, deixar de rogar pelo breve retorno do Governador Ibaneis Rocha ao comando do Poder Executivo, pois foi reeleito para esse fim. Aliás, foi o único Governador do Distrito Federal que foi reeleito em primeiro turno. Então, Sr. Presidente, afastar um governador do cumprimento de suas atribuições legais, com isso eu não concordo, assim como vários companheiros aqui, como meu amigo Deputado Jorge Vianna deixou bem claro.

Nós temos, sim, que tocar essa CPI para frente e punir quem realmente tem que ser punido, mesmo porque o afastamento do nosso governador é ilegal no meu ponto de vista. Os fatos comprovam que ele foi levado a erro por auxiliares que deveriam cuidar da segurança pública do Distrito Federal com denodo e responsabilidade. Não se pode negar ao povo o direito de ser governado por aquele que ele elegeu.

Por outro lado, quero também elogiar a atuação exemplar e digna da Vice-Governadora Celina Leão, cuja lealdade e competência não deixam qualquer dúvida quanto ao seu compromisso com o Governador Ibaneis Rocha, Governador do Distrito Federal. Celina Leão, no exercício interino do governo, tem encaminhado pautas importantes para a nossa gente, sem titubear ou sem se deixar levar por caminhos que não sejam aqueles compromissados com o nosso Governador Ibaneis Rocha e com a nossa gente.

Não podemos virar as costas para a democracia. Não podemos permitir que cidadãos alheios à vivência democrática atentem contra a nossa paz e o nosso direito de viver em harmonia. É preciso que haja respeito às diferenças e ao contraditório. Não é permitido a ninguém buscar ou fazer com que suas ideias sejam implantadas na base da pancada ou do terror. Ganhar e perder faz parte do jogo democrático; com isso, quem perdeu em 2022 que se prepare para uma futura peleja em 2026, mas sempre respeitando o processo eleitoral e, consequentemente, a democracia.

Finalizo, Sras. e Srs. Deputados: que tenhamos muita paz e que possamos seguir o trabalho legislativo para que possamos punir quem realmente precisa ser punido. Nós não podemos aceitar, no nosso País, essa violência contra o nosso patrimônio. Então, que Deus nos abençoe. Estamos aqui sempre à disposição para servir, para contribuir com a sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado, Presidente. Estou sempre à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Eu só queria pedir minha inscrição, Presidente, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pois não, Deputado. Está inscrito o Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PEPA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria também de pedir minha inscrição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Pepa está inscrito.

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero reforçar o que nós temos acompanhado nessa última semana, desde a nossa primeira sessão extraordinária na semana passada, que foi um grande acerto, um grande avanço; mas, durante a semana, a gente acompanhou cenas novas desse episódio e, a cada dia que passa, vão se revelando fatos que deixam todo mundo muito estarecido com o que aconteceu no dia 8 de janeiro.

Por isso, Sr. Presidente, acho que é fundamental mais uma vez esta sessão acontecer e a gente dar celeridade. O próprio Líder do Governo, Deputado Robério Negreiros, apresentou essa proposta de podermos indicar e publicar, até sexta-feira, a proporcionalidade dos blocos. Que a gente possa, de fato, iniciar o mais rápido possível esse processo da CPI, porque é uma agenda da sociedade não só do Distrito Federal, mas da sociedade brasileira e do mundo inteiro, que olha para o Distrito Federal, olha para esta Casa, para a gente poder dar respostas importantes diante dos atos criminosos que aconteceram no dia 8 de janeiro.

A gente viu relatos de várias entidades que já começam a se mobilizar. Registro aqui, inclusive, o importante trabalho que o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem feito. E já quero parabenizar o Iphan, que é um importante instrumento da democracia brasileira, pelos seus 86 anos comemorados na semana passada.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, além da investigação e da punição de fato, como V.Exa. colocou, de quem estava presente nos dias 8 de janeiro e no dia 12 de dezembro, é fundamental que essa CPI, bem como os outros órgãos que estão investigando esse processo, avance também sobre aqueles e aquelas que financiaram e que organizaram e idealizaram esses atos. Inclusive, alguns deles, hoje se encontram fora do Brasil. Não sei o motivo da coincidência de estarem, ao mesmo tempo, em Miami, pensando e articulando – o que é mais grave – contra os Poderes constituídos da República. É fundamental isso.

O descobrimento nesta semana de uma minuta, na casa do ex-Secretário de Segurança do Distrito Federal, Anderson Torres, que provocava e previa um golpe de estado no Brasil, é muito grave, e é também fruto da investigação dessa CPI avançar sobre quem tem responsabilidade, seja porque idealizou, seja porque organizou ou porque pecou pela omissão e pela conivência. Hoje tivemos o depoimento do Sr. Anderson Torres, na Polícia Federal, que evitou falar qualquer coisa. É muito fundamental essa investigação.

Sr. Presidente, quero dizer, nesses últimos dois minutos e quarenta que me restam, que é muito importante, nesses primeiros quinze dias do mês de janeiro, como é bom voltar a ter governo neste País, que está preocupado com a democracia e com o povo. Na semana passada, o Ministro dos Direitos Humanos, Sílvio de Almeida, restituiu a Comissão de Anistia no Brasil. É um passo fundamental porque nós vamos debater isso nessa CPI, mas também para avançar nas políticas para garantir o direito à memória, o direito à verdade e para fazer justiça de transição no Brasil, o que é fundamental que tenhamos também no horizonte dos trabalhos da CPI.

E quero encerrar falando sobre uma notícia muito importante para toda a democracia brasileira, para toda a sociedade brasileira, que foi o anúncio, nesta semana, do Ministro da Educação, Camilo Santana, do reajuste do piso salarial do magistério.

Quero fazer esse apelo também para esta Casa e para o Governo do Distrito Federal, porque a notícia do reajuste de 15% do magistério público no Brasil tem um impacto no DF. Os professores e professoras desta cidade estão há oito anos sem reajuste e, pela primeira vez na história, Sr. Presidente, desde que o piso foi instituído, em 2008, na luta dos professores, o Distrito Federal, que já foi a entidade que se orgulhou de ter o maior piso do País, hoje não cumpre a lei do piso. Nós estamos, hoje, 30% abaixo da lei do piso, o que é uma vergonha para a Capital do País. É fundamental que esta Casa, que aprovou várias leis de valorização do magistério público, inclusive o Plano Distrital de Educação, que tem na sua meta 17 a equiparação salarial dos professores com as demais carreiras do ensino superior no Distrito Federal... Faço esse apelo para que esta Casa, para que o Governo do Distrito Federal assuma também esse compromisso de valorização da educação, dos trabalhadores da educação e do magistério.

Quero saudar, mais uma vez, o Ministério da Educação e o Governo Lula por essa importante medida que acena para uma nova agenda do País de valorização da educação pública brasileira, de seus trabalhadores, de suas condições de trabalho que também são fundamentais para a gente avançar no debate da democracia brasileira.

Grande abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Gabriel Magno. Parabéns pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a permissão para falar daqui mesmo. Eu vou ser breve, mas eu não poderia deixar de falar, Sras. e Srs. Deputados, servidores, imprensa aqui presente, da importância dessa CPI que nós vamos começar aqui na Câmara Legislativa. Talvez essa seja a CPI mais importante da história desta Casa, Deputado Wellington Luiz.

O que aconteceu neste País, o que aconteceu aqui no Distrito Federal, toda essa violência que muita gente chama de ato antidemocrático, eu chamo de tentativa de golpe do estado democrático do nosso País. Foi uma tentativa de golpe e há gente ainda escondida, há gente, infelizmente, que ficou muito tempo, eu não falo nem alojada, hospedada em frente ao Quartel General do Exército aqui em Brasília. Hospedadas porque tinham tudo, Deputado Chico Vigilante, tinham água, comida, tinham *kit* patriotismo: bandeira, camisa da seleção... Um verdadeiro absurdo!

Neste final de semana, principalmente o *Fantástico* e o *Jornal Nacional* – se eu não me engano de segunda-feira – mostraram quem são essas pessoas que tentaram fazer o golpe. Muitos deles estão presos, felizmente: gente criminoso, estupradores, estelionatários, traficantes. Como é que pode essa quantidade de criminosos aqui no Distrito Federal hospedados em frente ao Quartel General do Exército? E cadê a inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal e também do Exército, uma instituição extremamente respeitada pelo povo brasileiro e que foi omissa?

Não é possível que sequer o Exército brasileiro não sabia ou procurou saber quem é que estava hospedado ali, quem eram aquelas pessoas que estavam preparando esse ato terrorista aqui no Distrito Federal, tentando fazer esse golpe. Eles já estavam lá há muito tempo, desde quando acabaram as eleições. Saíram, voltaram e, quando voltaram dessa vez, já voltaram falando que viriam para tocar o terror, que viriam para tentar quebrar tudo, que viriam para tentar dar o golpe, e ninguém fez nada.

Então, essa CPI é muito importante. Eu quero pedir, eu não serei... O nosso bloco, partido vai ser representado pelo Deputado Chico Vigilante, mas eu queria chamar atenção de todos os Deputados e Deputadas que compõem essa CPI para a responsabilidade que vocês terão. Tem que ser uma CPI séria, tem que ser uma CPI profunda, transparente, que investigue, de fato, quem foram os responsáveis, os culpados por essa tentativa de golpe de estado aqui em nosso País. Não tem que aliviar a cabeça de ninguém. Quem for culpado tem de pagar, seja lá quem for, e quem for inocente também tem de ser inocentado, mas não dá aqui para fingirmos que nós vamos abrir uma CPI, fazer de conta, para dar uma resposta para a sociedade, para a imprensa. Não! Temos que fazer uma coisa séria. Essa é a CPI mais séria da história desta Casa.

Eu queria chamar a atenção de vocês para isso. E dizer que vou ajudar mesmo eu não sendo membro efetivo da CPI, mas vou ajudar da forma que eu puder. A sociedade do Distrito Federal, a sociedade brasileira está esperando muito desta Casa. Nós temos que ir a fundo para que nunca mais aconteça uma tentativa de golpe na nossa democracia, uma tentativa de golpe em nosso estado e, principalmente, investigar a fundo quem são, quem financiou, quem bancou esse ato. A gente sabe que tem gente do agronegócio, a gente sabe que tem gente poderosa que financiou, que bancou e que continua bancando essas pessoas da pior espécie do nosso País.

Era isso, Sr. Presidente. Vamos ao trabalho. Eu estou muito esperançoso de que esta CPI possa ajudar o nosso País a descobrir e punir de fato os verdadeiros responsáveis por essa tentativa de golpe.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale. É isso o que a sociedade espera de nós. Obrigado pelo pronunciamento.

Concedo a palavra à Deputada Doutora Jane.

DEPUTADA DOUTORA JANE (AGIR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar os meus colegas na pessoa do Sr. Presidente Wellington Luiz, cumprimentar os nossos ouvintes e cumprimentar os servidores da Casa.

Ouvindo os colegas eu pensei: “Eu preciso me inscrever para trazer algumas reflexões que me têm inquietado”. Eu acho que entre nós é unânime que os atos de vandalismo acontecidos tanto no dia

12 quanto no dia 8 são irresponsáveis, são injustificáveis. Nenhuma paixão, nenhum sentimento moral sobrevive diante dos atos que nós vimos. É uma unanimidade entre nós que os atos são reprováveis e que as pessoas precisam ser responsabilizadas.

Agora, eu entendo muito importante, todo o tempo, que toda a condenação que nós fazemos e que a opinião pública faz é em torno da manutenção do tão desejado, tão sonhado Estado Democrático de Direito. Agora, sobre o pretexto de defender o Estado Democrático de Direito, nós não podemos praticar ou violar outros princípios que são tão caros ao Estado Democrático de Direito, como, por exemplo, a garantia da ampla defesa e do contraditório.

O Distrito Federal inteiro pagou, não foram somente as forças de segurança. A intervenção nos envergonha, a intervenção nos expõe. Mas, sob pena de nós perdermos a mão... Por exemplo, o Governador do Distrito Federal foi afastado sem o direito à ampla defesa e ao contraditório, num primeiro momento em que as pessoas entenderam ou acharam justa a intervenção na segurança pública.

É preciso que se diga que a intervenção na segurança pública foi feita para pôr termo naquela desordem que se apresentou no dia 8. Mas a segurança pública do Distrito Federal, da qual eu faço parte... Tenho a honra de pertencer a uma dessas forças, que é a Polícia Civil. Vou falar pela Polícia Civil do Distrito Federal e pela Polícia Militar do Distrito Federal: são forças honradas, que trabalham absurdamente. Policiais dão suas vidas, suas horas, o convívio com suas famílias. Eles entregam tudo isso em prol da segurança pública do Distrito Federal, em prol da segurança das pessoas. Mas é muito importante que se diga: as forças de segurança são regidas – eu tenho insistido nisso todas as vezes em que tenho a oportunidade de falar – por princípios que se chamam hierarquia e disciplina.

A exemplo disso, nós vimos há três ou quatro dias uma chacina, que já por hora matou pelo menos seis pessoas carbonizadas. Com a pronta atuação da Polícia Civil do Distrito Federal, já se apresentaram dois dos envolvidos. Eu tenho certeza de que a Polícia Civil em muito pouco tempo terá toda a situação esclarecida.

Eu trouxe essa história que nos chocou, que vai mexer e está mexendo com todo o País, para fazer uma comparação com os fatos acontecidos no dia 8. Nós precisamos... A polícia só age sob comando. Eu tenho certeza de que a CPI há de individualizar as condutas e, efetivamente, nós vamos conseguir mostrar quem acertou e quem errou nessa atitude. Se houve má-fé no fato. A CPI vai identificar esses culpados, mas nós não podemos achincalhar, envergonhar, desmotivar toda uma corporação de policiais civis e de policiais militares que, de forma tão honrada, trabalham e entregam suas vidas pela segurança pública todos os dias.

Eu tenho ouvido pessoas que não são da segurança pública darem os mais diversos palpites e opiniões. Com certeza, naquele dia, havia um protocolo a ser seguido. Se o protocolo foi abortado, se o protocolo não foi seguido, se as informações trazidas pela Polícia Militar e pela Polícia Civil não foram levadas em consideração, com certeza a CPI e os métodos que nós vamos utilizar irão levar à punição desses culpados. Mas que essa punição e esse achincalhamento não se espalhem e não virem uma pecha a ser paga, uma culpa a ser paga por toda a polícia que, naquele momento, não foi devidamente comandada.

Eu precisava dizer isso, Sr. Presidente, para levantar o moral, vamos dizer assim, dos nossos policiais. Estes não precisam baixar a cabeça, não precisam se envergonhar, porque tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil do DF são das melhores do Brasil; e, por descomando, por equívoco, por má-fé, não foram devidamente conduzidas naquele momento tão importante, naquele momento tão célere que trouxe essa desordem que tem envergonhado não só as polícias, mas o Distrito Federal.

Deixo o meu desejo de que nossa CPI realmente consiga ser conduzida para identificar os culpados. Que não percamos a mão, para que nossa tão sonhada democracia não seja aviltada, caso não permitamos que todos os envolvidos tenham o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Muito obrigada pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Gostaria de, na pessoa do nosso Presidente, Deputado Wellington Luiz, cumprimentar todos os Deputados presentes.

Gostaria, primeiro, de falar do perigo de estarmos aqui. A gente ouviu muito nas redes sociais, nas mídias, essas questões de as pessoas fazerem generalizações. Eu queria parabenizar a fala da

Deputada Doutora Jane. Muitas pessoas falaram que as forças de segurança do Distrito Federal falharam. Pode até ter havido, como a Deputada falou, um breve momento de falha, mas as forças de segurança do Distrito Federal – eu ousar dizer – são as melhores que o País tem.

Eu queria falar de outra generalização feita com relação aos manifestantes. O erro cometido e a ação cometida por poucos não podem refletir a ação de outros. Houve terroristas, houve golpistas presentes à frente do QG – Quartel General, mas também havia muitas pessoas de bem, muitas pessoas tementes a Deus. Havia pessoas fazendo manifestações pacíficas por várias semanas. É direito constitucional fazer manifestações pacíficas. Não é certo fazer essa generalização, falar que dentro do QG, dentro dessas manifestações, só havia terroristas, só havia golpistas, só havia condenados. É muito errado e muito perigoso fazer esse tipo de generalização.

É muito perigoso falar que o agronegócio tem uma agenda de golpista. O agronegócio, muito pelo contrário, sustenta este País. É ele que traz comida para as pessoas deste País. O agronegócio precisa ser apoiado e o agronegócio precisa ser respeitado.

Gostaria de fazer uma colocação breve aqui. Recebi uma mensagem do Deputado Daniel Donizet e, infelizmente, S.Exa. não pôde estar presente nem de forma virtual. Ele teve um problema com o aparelho – não conseguiu se conectar –, mas ele queria registrar o apoio a esta CPI e falou que vai fazer de tudo para conseguir ter a assinatura o mais rápido possível. Estou lendo a mensagem dele, ele está falando que já está preparando o documento e, assim que estiver disponível, ele, como Líder do nosso bloco, fará a indicação para que eu faça parte da CPI assim que ela estiver disponível.

Há duas coisas que acredito que a população espera de nós e exige que esta Câmara faça, que é a instalação dessa CPI com celeridade e, acima de tudo, seriedade e imparcialidade.

Parablenzo os demais Deputados por estarem fazendo essa distribuição em blocos para poder haver justamente essa proporcionalidade dentro da CPI. Eu gostaria de pedir para que os outros blocos e os outros líderes dos blocos, da mesma forma que o nosso Líder, Deputado Daniel Donizet, tenham uma celeridade para poder indicar o nome para a CPI – eu sei que alguns já estão com alguns nomes definidos, como o Deputado Chico Vigilante – para a gente poder dar este recado para a população: que não vai acontecer, como o Deputado Max Maciel sugeriu, essa enrolação, ficar levando para depois, empurrando com a barriga, porque a gente tem interesse em dar esse recado para a população. Peço para os outros blocos também fazerem essa indicação o mais rápido possível para agirmos com seriedade, para apurarmos os fatos e não as nossas opiniões pessoais.

Por último, eu gostaria também de parabenizar a fala do Deputado Jorge Vianna, quando ele fala da injustiça que foi feita ao nosso Governador Ibaneis. Da mesma forma que a gente precisa respeitar o resultado das urnas para a eleição de Presidente da República, a gente precisa aceitar e deve aceitar o resultado aqui, no Distrito Federal, em que o nosso Governador Ibaneis foi reeleito no primeiro turno.

Eu considero um ato de golpe o que foi feito pelos terroristas nos Poderes e considero, da mesma forma, uma tentativa de golpe essas mesmas pessoas pedirem o *impeachment* do Governador Ibaneis Rocha sem prova, sem fundamento e sem justificativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para concluir, Deputado, por favor.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – É golpe da mesma forma.

Não quero mais estender a minha fala. Eu gostaria de agradecer a todos. Que todos nós tenhamos um 2023 com muitas bênçãos. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Joaquim Roriz Neto.

Concedo a palavra ao Deputado Thiago Manzoni. Na sequência, a Deputada Paula Belmonte.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Cumprimento os demais Deputados, os servidores que estão aqui presentes e a imprensa, também, na pessoa de V.Exa.

Cheguei agora. É o meu primeiro mandato, a minha primeira legislatura. Trago bastante, penso eu, o sentimento da população para cá. Até 31 de dezembro eu estava lá, fizemos até reuniões discutindo para não fazermos discurso de posse na data da eleição da Mesa e das presidências das comissões. De repente, estamos aqui em reuniões extraordinárias discutindo assuntos graves e que definirão o futuro do Distrito Federal, definirão, em grande medida, o que a nossa população vai viver nos próximos quatro anos.

Eu penso, Sr. Presidente, que tudo o que a nossa população não quer é que a Comissão

Parlamentar de Inquérito que vai ser instaurada aqui sirva de palanque político-eleitoral. É tudo o que a nossa população não quer.

A nossa população vive há anos em uma guerra cultural que foi conflagrada e que convencionaram chamar de polarização política. O que existe, na verdade, é uma guerra cultural: dois extremos, dois opostos se contrapondo entre si, às vezes, no campo das ideias e, outras vezes, em atos que desbordam para a violência.

Esses atos de vandalismo, de depredação do patrimônio público, de dano ao patrimônio público que aconteceram no dia 12 de dezembro e no dia 8 de janeiro aqui em Brasília, nas sedes do três Poderes, são reprováveis e são reprovados pela nossa sociedade. Eles são reprováveis a tal ponto que se configuram tipos penais. O nosso Código Penal criminaliza esses atos, a legislação penal esparsa o faz da mesma maneira, mas a nossa população está um pouco cansada dessa guerra e quer a verdade.

Eu fico feliz de saber que Deputados que me antecederam aqui – a começar pelo primeiro Deputado que falou – tenham falado em verdade, em busca da verdade. O primeiro que falou é um Deputado alinhado mais à esquerda. O Líder do Governo, da base, obviamente, falou em verdade. Outros Deputados falaram em verdade, na busca pela verdade. Espero que esta CPI se pautem pela busca da verdade. A verdade é o elemento libertador que tornou livres sociedades, cidades e nações, através da história. E o que precisamos buscar aqui nesta Casa é a verdade.

Uma CPI, Sr. Presidente, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito e está, portanto, revestida da autoridade persecutória do Estado. Que persigamos aqui verdade, para individualizar as condutas daqueles que cometeram crimes, quer por ação, Deputado Robério Negreiros, quer por omissão, como consignou o Supremo Tribunal Federal. Mas não só as pessoas que cometeram os ilícitos que estão aparecendo todos os dias nos jornais, na televisão, na mídia, como temos visto. Essas devem ter a sua conduta individualizada, porque o nosso estado de direito garante a cada indivíduo o devido processo legal, o contraditório e que, se ele for receber uma pena do Estado, ela seja individualizada. Não pode haver uma penalidade coletiva e não se pode dizer que, se fulano estava em determinado local, deve ser preso pelo simples fato de estar em determinado local, porque há o direito, na Constituição brasileira, de ir, de vir e de permanecer. O simples fato de estar em um local não configura crime.

Então, as condutas devem ser individualizadas e quem é responsável pelos atos de destruição deve ser punido na forma da lei. Mas não só as condutas desses agentes devem ser individualizadas, e aqui vou fazer coro com o que o Deputado Joaquim Roriz Neto, que me antecedeu, falou: é necessário individualizar também a conduta dos órgãos da administração pública não só distrital, porque esse abacaxi caiu no colo do Governo do Distrito Federal, temos um governador afastado, o Secretário de Segurança preso, o Comandante da Polícia Militar preso e parece que o Governo Federal não sabia de nada. É necessário que se investigue na CPI, para se saber se havia algum ato de prevenção que deveria ter sido tomado ou não pelo Governo Federal. E, se houver responsabilidade do Governo Federal, que essas responsabilidades sejam individualizadas.

Encerro, Sr. Presidente, trazendo aqui matérias jornalísticas do dia 9 de janeiro de 2023, da *Folha de S. Paulo*, do *Estadão* e da *CNN*. Está disponível para quem quiser; é só colocar no Google. Está aqui também... Não sei para que lado eu viro, para o pessoal ver. É para cá.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço mais um minuto.

A *Folha* consigna que 48 órgãos do Governo Federal foram avisados pela ABIN – Agência Brasileira de Inteligência do que estava sendo planejado. Ora, se houve um aviso, provavelmente, entendo eu, mas isso precisa ser investigado, deveria ter havido alguma atitude a prevenir para que aquilo não acontecesse.

De igual modo, há uma sonora do Ministro da Justiça, Flávio Dino, dizendo que ele viu o que estava acontecendo. Ora, eu esperava do Ministro da Justiça alguma atitude no sentido de impedir, portanto, seja por meio da Força Nacional... O Deputado Robério Negreiros falou que só havia 27 agentes. Eu não sei. Mas é necessário que isso seja investigado e que os olhos da comissão que vai ser instaurada estejam sobre aqueles que cometeram os crimes, mas também sobre aqueles que poderiam tê-los evitados e não o fizeram. E repito: quer por ação, quer por omissão, como falou o Supremo Tribunal Federal, mas não só os entes do Governo do Distrito Federal, os entes do Governo Federal também.

Eu agradeço, Sr. Presidente, e encerro aqui a minha fala.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Thiago Manzoni. V.Exa. tem toda razão. É preciso que seja individualizada a conduta de cada um e a responsabilidade de outros órgãos que até agora não foram chamados para esclarecer as suas omissões. Muito obrigado.

Concedo a palavra à Deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Deputada, V.Exa. está sem som. Ligue o microfone, por favor! Agora saiu o som e saiu imagem, Deputada.

A Deputada Paula Belmonte conseguiu voltar? (Pausa.)

Vou chamar o próximo orador, enquanto S.Exa. resolve o problema técnico.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Obrigado, Sr. Presidente, pela bondade em ter me inscrito e pela oportunidade da fala. Cumprimento todos os Deputados e Deputadas, parabenizando todos os que me antecederam.

Apenas corroborando e chamando todos, este é um momento de muito equilíbrio, de muita sensatez, mas o que me deixa muito feliz é a palavra de cada um, seja dos ditos mais alinhados com um pensamento de esquerda, seja dos que, como nós, estão alinhados com um pensamento de direita.

Sr. Presidente, a Deputada Paula Belmonte voltou. Se S.Exa. quiser fazer uso da palavra, eu me abstenho.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Pode continuar, Deputado. Fique à vontade.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, Deputada. Serei breve.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não podemos perder tempo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, o que me chama a atenção é esse desejo de todos quererem dar uma resposta, e a Câmara Legislativa, na pessoa de V.Exa., Presidente Deputado Wellington Luiz, tem pautado a Casa nesse contexto de vanguarda, de dar uma resposta para a sociedade.

Agora, é importante salientar o que alguns Deputados têm dito, especialmente a palavra do Deputado Thiago Manzoni, que me antecedeu. É preciso que sejamos muito cautelosos em alguns princípios: no devido processo legal, na ampla defesa e no contraditório.

Por certo, estamos diante de atos e fatos que transcendem a história da República e da nossa Constituição. Anos atrás, vimos algo parecido e creio que esta Casa perdeu uma grande oportunidade – a Câmara dos Deputados também – quando, em outro tempo, tivemos atos de vandalismo, de depredação, de queima de patrimônio público, de invasão de fazendas, de mortandade de animais. Por nenhum momento, vimos essas pessoas serem tachadas de terroristas.

Confesso que estou muito assustado porque, quando se generaliza – se buscarem nos Anais desta Casa, verão a minha fala no dia 9 passado, quando fiz uma fala extremamente voltada para o Direito, para o jurídico, chamando a atenção e chamando a todos para esse equilíbrio, para essa centralidade, para que possamos buscar a individualização das condutas das pessoas e não generalizar –, quando se faz generalização, já se está apenando todas as pessoas que ali estavam, no exercício do direito de manifestação, consagrado pela nossa Constituição. Isso me preocupa.

Preocupo-me quando são chamados de terroristas mães de família, pais de família e crianças que estavam presos. É bem provável que ali no meio houvesse terroristas, criminosos, pessoas foragidas da Justiça, respondendo criminalmente. Será o papel desta CPI buscar os culpados, seja na forma dolosa, seja na culposa, seja na omissiva, seja na passiva.

Houve atos omissos. Onde é que estava o Governo Federal? Bem falou o Deputado Thiago Manzoni e estou fazendo questão de estudar essas matérias: três dias antes, esses órgãos foram notificados por meio da Abin. O Governo Federal sabia. Assusta-me, de igual modo, saber que o Ministro da Justiça do meu País, um magistrado, ex-Governador, foi à janela, viu os fatos e os atos, e não tomou uma posição mais enérgica. Isso nos leva a entender que esta comissão terá um papel fundamental, seja no presente, seja de forma pretérita, pensando lá em 2017 – se não me falha a memória –, quando ocorreram esses atos.

Então, esta comissão terá o papel de investigar, de individualizar as condutas e de punir, de forma severa e veemente, quem quer que seja que participou, que patrocinou ou se omitiu de tomar

decisões que lhes eram impostas pelo compêndio de leis da nossa Nação. Para quê? Para que nunca mais Brasília, o Brasil e o mundo voltem a ver o que nós vivenciamos, seja na forma da tentativa de um golpe, seja na forma de destruição dos Poderes constituídos – e aqui eu louvo a Deus, ao nosso Congresso e à nossa Suprema Corte, porque as nossas instituições, quer queiram ou quer não, são sólidas, são democráticas.

Por muitas vezes, não concordamos com determinadas decisões, ora vista esta contra um governador democraticamente eleito, 900 mil pessoas, ou quase isso, caladas e caçadas do seu direito por uma decisão monocrática. Submetemo-nos a ela – fique claro aqui que não é uma forma afrontosa a nenhum ministro nem à Suprema Corte –, mas não concordamos com uma decisão tão profunda e danosa como foi a decisão do afastamento do Governador Ibaneis, sendo que não há um processo legal, não há nada que impute a ele essas condutas, nada até então que demonstre a sua participação. Creio que possa haver alguma coisa na questão de uma culpa, de uma omissão, mas nada tendencioso como fora posto, inclusive de forma dolosa pelo eminente ministro, que toma a decisão de afastar um governador democraticamente eleito.

Eu faço esse relato, seja de forma pretérita, naquele tempo passado, como no presente, do afastamento do governador, porque confesso como advogado, como também outros desta Casa são, como o nobre Deputado Thiago Manzoni, como operador do Direito: a gente que opera o Direito fica preocupado em romper as bases da Constituição do nosso País, em romper o Estado Democrático de Direito e em sair fora das quatro linhas da Constituição, porque isso traz insegurança jurídica, e nós não queremos viver num estado de insegurança jurídica. Nós confiamos...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Conclua, Deputado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Nós confiamos nas instituições da nossa nação, nas instituições do Brasil.

Deixo aqui, de coração, aos membros que farão parte dessa CPI: que sejamos pesados na caneta, nas decisões e nas imputações, mas que não abramos mão do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório para qualquer pessoa que seja.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Pastor Daniel de Castro.

Antes de passar a palavra à Deputada Paula Belmonte, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que a gente vai começar muito mal se as pessoas ficarem insinuando responsabilidades que não foram apuradas, como bem agora fez o Deputado Pastor Daniel de Castro com relação ao Ministro Flávio Dino.

O ministro viu da janela e tomou providências. Foi naquele exato momento que ele entrou em contato com o Presidente Lula para que o Lula decretasse a intervenção no Distrito Federal. Inicialmente, o Presidente Lula, Sr. Presidente, queria colocar como interventor o próprio Flávio Dino, mas o Flávio viu que, se ele fosse o interventor, poderia alguém questioná-lo em seguida, querendo tomar o mandato dele, porque ele é senador. Então, foi indicado o secretário-executivo do ministério para interventor. Ali, o secretário-executivo foi para o *front*, convocou as forças policiais do Distrito Federal e as botou na rua. Foi ali que eles acabaram com a baderna, porque houve comando, houve pulso. Foi exatamente naquele momento que o Ministro Flávio Dino tomou providências.

Há mais coisas a serem ditas, mas, por enquanto, eu fico nessas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra à Deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, todos que estejam assistindo a nós, todos os Parlamentares e todos os nossos servidores, quero aqui pedir a Deus que nos abençoe e abençoe todos os cidadãos e todas as cidadãs que estão nos escutando e que vão nos escutar.

A primeira coisa que quero dizer é que acho muito importante este início da fala do Deputado Chico Vigilante: que a gente não julgue antes de fazer a investigação. Isso é um ponto fundamental para a partida de qualquer decisão. Nesse princípio de não julgarmos sem fazermos a devida

investigação, como foi falado aqui amplamente por alguns Parlamentares a respeito da ampla defesa, do contraditório, do devido processo legal, que não utilizemos essa CPI politicamente falando.

Eu tive a oportunidade de ir à Colmeia e de estar lá dentro quando as 492 detentas foram colocadas. Na sequência, chegou mais uma, foram 493 mulheres. É muito importante dizer que eu tive contato com elas, que eu estive falando com essas mulheres. Nós estamos falando de avós, de donas de casa, de médicas, de doutoras, de cidadãs comuns. Muitas delas estavam chorando; em outra ala em que cheguei, elas estavam cantando hinos de louvor. Elas estão sendo julgadas pelo estado de direito que o STF está fazendo: de exceção.

O Sr. Ministro Alexandre de Moraes é o próprio julgador, é o próprio denunciador e, muitas vezes, se coloca no lugar de vítima. Nós não podemos aceitar. O Ministro Flávio Dino é um executor, não é um falador. Muitas vezes, nós o vemos falando e julgando sem executar o que tem de ser executado.

Então, nós aqui, como representantes do Distrito Federal, temos de ter a firmeza de defender a nossa segurança pública, a nossa força de segurança, como a melhor do Brasil. Essa segurança é executora de uma pessoa que é responsável. Então, nós vamos fazer uma CPI defendendo, sim, a nossa segurança pública do Brasil.

Nós, brasileiros e brasileiras, sabemos que temos a liberdade de manifestação. Que bom que todos os manifestantes tinham água, que bom que todos os manifestantes tinham alimentação, porque eu defendo os direitos humanos, e para todos, desde aquela senhora que mora em um lugar que não tem alimentação até os manifestantes. Disso não podemos abrir mão.

Muitas falas aqui estão julgando sem a devida comprovação, porque a manifestação é livre neste País. As pessoas estavam acampando pacificamente no QG, e é um direito de todo brasileiro fazer manifestação, mas o Sr. Ministro Alexandre de Moraes colocou essas pessoas como terroristas. O que ele está fazendo, se não julgando sem a devida investigação?

Lá, na Colmeia, as mulheres foram todas submetidas a recolhimento de material genético. Nós estamos falando de senhoras, nós estamos falando de mães de família, nós estamos falando de avós. Devemos ter muito cuidado para que tenhamos a defesa da nossa liberdade, que não é negociável. Independentemente de ser um pessoal de direita ou de esquerda, eu defendo a livre manifestação de ambos. Não considero ser um golpista estar insatisfeito com alguma coisa. Agora, penso que todos que provocaram dano ao patrimônio público devem ser responsabilizados devidamente. Agora, só por estarem acampadas, não podemos colocar essas pessoas como terroristas.

Outra questão é que precisamos ter o compromisso de defender a força de segurança do Distrito Federal. Nós estamos falando de policiais penais que receberam quase 100% do seu efetivo em menos de 48 horas, que estão dando suas vidas e se comprometendo psicologicamente. Nós estamos falando de uma força de segurança do Brasil que é uma referência brasileira.

Então, vamos ter cuidado. Vamos fazer com que o nosso discurso seja coerente para um lado e para o outro. Esta, sim, é a preservação da verdade: nós termos coerência no discurso.

Outro ponto, Presidente, do qual quero aqui falar é a respeito, infelizmente, dessa chacina que aconteceu no Distrito Federal na região do Paranoá. Quero ressaltar o trabalho do delegado Ricardo, que tem feito, como foi dito aqui pela Deputada Doutora Jane, delegada, e por V.Exa., que também é da Polícia Civil, um trabalho de excelência para pegar e responsabilizar os culpados, mas lamento que mais mulheres morreram nesse mês de janeiro. Estamos falando de três crianças que foram praticamente carbonizadas pelos seus próprios familiares. Então, é preciso a gente olhar para a nossa responsabilidade com como a população está mentalmente.

Os próprios familiares fazerem uma atrocidade dessa? Então, isso, sim, merece prisão perpétua. Isso, sim, merece uma responsabilização do tamanho que for necessária!

Sr. Presidente, eu aproveito aqui para também fazer uma questão de ordem em relação ao Regimento Interno. Eu gostaria até depois de saber se as questões de ordem são de todos os tamanhos ou só relativas ao Regimento Interno porque lá, na Câmara Federal, nós fazemos questão de ordem em relação ao Regimento Interno.

A questão de ordem que eu apresento aqui é quanto a esses prazos que foram colocados para que eu possa entender. O Deputado Max Maciel pediu para que a gente pudesse diminuir...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Conclua, Deputada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu estou fazendo a questão de ordem. Está bem? Posso fazer,

Sr. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Só conclua a sua questão de ordem, que V.Exa. não concluiu.

V.Exa. entrou direto na questão de ordem?

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu já concluí a minha fala e agora eu estou fazendo a questão de ordem.

A questão de ordem é quanto ao Deputado Max Maciel ter pedido para a gente reduzir o tempo para que pudessem ser feitas essas indicações.

V.Exa. explicou – e eu concordo plenamente com o senhor – que nós vamos usar o rito do Regimento. O rito do Regimento fala de cinco dias. O nosso Líder, o Líder do Governo, Deputado Robério Negreiros – pediu que se fizesse em dois dias.

Então, eu quero entender se a proposta do Deputado Robério Negreiros é a metade dos dias que estão no Regimento, se nós acordarmos aqui que seria a metade dos dias, ou se são mais dois dias além dos cinco dias. Eu não consegui entender a proposta correta para que a gente possa dar esse encaminhamento.

Muito grata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O que foi proposto pelo Deputado Robério Negreiros é que fosse feita uma reorganização e que se desse um prazo para essa reorganização dos blocos. Seriam mais dois dias. Se os Deputados concordarem, após essa reorganização dos blocos é que se começaria a contar os cinco dias. Então, ele está propondo que, na quinta e na sexta-feira, os blocos possam avaliar a possibilidade, caso isso aconteça, ou o que quer que aconteça, da reorganização dos blocos. A partir daí, começaria a se contar os cinco dias. Então, ele não está propondo a redução do prazo de cinco dias. Não é? Pelo contrário! Seria... não é uma ampliação porque não se contaria nada além dos cinco dias; seria uma reorganização e, após isso, iniciarei a contagem de cinco dias, como determina o art. 61 do Regimento. Está certo?

Nós temos aqui dois instrumentos: um é a questão de ordem e o outro o uso da palavra pela ordem. Ambos os instrumentos são utilizados dependendo da circunstância. Está bom?

Obrigado, Deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra agora ao Deputado Pepa e, depois, para encerrar, caso ninguém queira se inscrever, o Deputado Max Maciel.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Boa tarde. Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Deputados e Deputadas.

Eu vou ser repetitivo sobre os atos do dia 8, os quais todos os meus colegas aqui relataram bem, quanto a tudo o que aconteceu, quanto às investigações posteriores e quanto ao que está acontecendo.

Eu só preciso deixar alguma coisa bem clara quanto à soberania do Distrito Federal: esse respeito à soberania do Distrito Federal é fundamental e isso passa pelo afastamento do Governador Ibaneis. É algo que precisamos rever.

Eu preciso ressaltar que este governo, em momento algum, depois do dia 8, parou suas atividades; em momento algum, ele deixou de atender a essa comunidade que o elegeu em primeiro turno. O compromisso deste governo com a comunidade do Distrito Federal ressalta isso. Por isso é que, mais ainda, a responsabilidade desta CPI se torna maior. Por quê? Porque todos os 24 Deputados – ou 23 – estão assumindo a responsabilidade dessa investigação; de fazer com que a verdade, de fato, apareça e de fazer com que, de fato, a nossa força e segurança do Distrito Federal sejam, mais uma vez...

Eu vou repetir o que eu falei, na minha primeira fala, na sessão extraordinária lá do dia 9: o respeito pelas forças de segurança do Distrito Federal precisa prevalecer. Não há condições. São pais de família, são policiais. Lembro-me de que no dia 8 uma sobrinha minha, que é policial militar, estava em um aniversário, foi convocada e lá estava. Ela se desloca para servir a sua missão. Então, por isso eu digo para vocês que há um compromisso maior da sociedade que está inquieta principalmente com esse afastamento.

Quero parabenizar todo o secretariado do Governador Ibaneis. Quero parabenizar a nossa Vice-Governadora em exercício, Celina Leão, pela força que está tendo. Sou testemunha de que, no ato de

inauguração... Eu estava presente na comunidade, na minha cidade, Planaltina. Por isso eu digo que este governo tem seriedade de dar continuidade aos trabalhos porque a comunidade não pode ser penalizada. Estamos no período pós-chuva em que muitas cidades estão precisando de reparos, e este governo instituiu uma força-tarefa para fazer esses trabalhos acontecerem.

Mais uma vez eu digo: esta CPI terá a importância de fazer com que a verdade venha à tona e que as injustiças sejam corrigidas.

Encerro a minha fala parabenizando a todos os meus colegas, a todos vocês por estarem aqui hoje abrindo esta CPI e fazendo com que, de fato, a verdade apareça.

Obrigado. Boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Pepa.

Concedo a palavra ao Deputado Max Maciel para encerrar as falas da presente sessão extraordinária.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente. Quero saudar todos que nos acompanham pela *TV Câmara Distrital*, os que estão no plenário e os demais colegas que estão no formato híbrido.

Presidente, sem dúvida nenhuma, quero aqui agradecer a V.Exa. pela condução dos trabalhos sempre. Não tenho dúvida de que os nossos compromissos com a celeridade deste trabalho serão cumpridos. A gente só quer reforçar a necessidade pela urgência de fato do caso. Sei do compromisso de V.Exa. quanto a isso.

A CPI, por si só, não vai revelar a verdade, até porque nós temos o interventor que já vem tornando públicos os fatos ocorridos. Certamente, o grande papel da CPI é conseguir demonstrar, com base nas informações do Governo Federal, com base nas informações da própria Secretaria de Segurança Pública... É importante dizer: a mesma Secretaria de Segurança Pública que 24 horas antes de o ato iniciar informou o comando da polícia sobre as intenções dos manifestantes que estavam chegando à Capital do País. E, mesmo assim, o senhor Anderson Torres viajou e agora está calado aguardando para ver como vai fazer para contornar o assunto na Polícia Federal. Então, todo mundo estava ciente desse processo. Nós já estávamos cientes de que teria um tensionamento, a sociedade estava ciente de que haveria um tensionamento. Bem, a CPI, nessa pró-forma, é exatamente para não deixar passar em branco, Deputado Wellington Luiz. É exatamente para exigirmos, de fato, a responsabilidade.

Eu quis falar aqui porque acho que a fala dos demais companheiros está alinhada com a oposição historicamente, que é a luta anticárcere. Olha que legal: começamos a formar comissões para visitar os presídios e acompanhar as situações dos presídios. Antes não importava quem estava lá dentro. Bandido bom era bandido morto no discurso dessas pessoas. Eu sou a favor da tese de que não se deve permanecer em cárcere aquele cujo processo não foi transitado em julgado. Vamos fazer isso? Vamos. Porque olha só que coisa interessante: no Brasil, 34,7% das pessoas detidas sequer foram julgadas; 64% são pretos e pardos e 70%, mães. Vamos soltar todo mundo? Vamos! Eu sou dessa tese. A partir de hoje todo aquele que está no complexo da Papuda e na Colmeia que não tem julgamento transitado em julgado, ou seja, não tem culpa nem dolo constatados, vamos fazer cumprir a pena em liberdade, porque essa não é a prática que está se dando hoje.

Então não vamos aqui tratar diferentemente a situação em que estão envolvidos, não. Há pessoas detidas pelos atos que estão sendo averiguados que estão querendo pedir iFood. O presídio não é hotel, mesmo, não. A situação é tensa mesmo. Privação de liberdade é complexo mesmo, não tem Wi-Fi, não tem celular, não tem cama confortável. Essa é a situação.

As informações que nós temos é de que as pessoas que continuam detidas, em sua maioria, têm comprovação por vídeo, de fato, de depredação do patrimônio público. Não esconderam a cara. Não fizeram questão sequer de tentar não aparecer. Fizeram, tiraram *selfie*, porque, para o time deles, isso era bonito. Então, se o devido processo legal tem que servir, vamos botar para servir para todo mundo, e não para um grupo específico, privilegiado, que achava que vir aqui para o Distrito Federal fazer baderna era tranquilidade, porque não é.

Eu só queria fazer esse registro, mais uma vez, encerrando esta sessão, Presidente. Agradeço de novo a sua condução e a de todos os demais colegas. Que a gente possa seguir nesse diálogo sempre importante desta Casa, e que a gente tenha, de fato, o melhor para a comunidade do Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado. Importante fazermos essa reflexão.

Acredito não haver mais ninguém para fazer uso da palavra. Consulto se alguém mais quer.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, é só para V.Exa. deixar claros os prazos, para que todo mundo saia daqui, e os que estão assistindo à sessão remota também... Para os blocos saberem o que vão fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, foi feito um encaminhamento do Deputado Robério Negreiros. Não houve nenhuma manifestação. Não sei se o próprio Deputado se encontra para fazer a defesa do seu encaminhamento. Caso não, a gente vai fazer a publicação amanhã. Após a publicação, começa a contar o prazo de cinco dias, conforme o art. 61 do Regimento, que foi lido, inclusive, aqui. Então esse é o prazo regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Cinco dias úteis, não é?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Isso. E nós vamos cumprir de forma integral, após a publicação da proporcionalidade, está bem? Só para ficar claro, para que não haja dúvida. O questionamento do Deputado Chico Vigilante foi extremamente pertinente.

Alguém tem mais alguma dúvida com relação a isso?

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu tenho. Só para eu entender: então, amanhã será publicado; na sequência, há a publicação da proporcionalidade; e depois é que se conta o prazo de cinco dias? Só para eu entender como é isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Isso, exatamente. Exatamente, Deputada. Exatamente.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – A partir de amanhã – da publicação –, qual é o tempo da publicação da proporcionalidade?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Aí não há prazo, não é? Depende dos Deputados. Cada bloco tem que se manifestar.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Amanhã já há a publicação, e já podemos fazer indicação para os blocos, é isso?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Após a proporcionalidade – não é, Deputada? –, a senhora está perguntando...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não. São duas coisas. Uma é a...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Isso, são coisas distintas.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – É. Então, é isto o que eu quero saber: os prazos de cada coisa distinta. É isso que eu quero entender.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, só uma questão. Parece-me que, primeiro, tem que se publicar a proporcionalidade. Em seguida, publicada a proporcionalidade – são dois dias –, aí vêm os cinco dias da indicação dos blocos, porque não tem como os blocos indicarem antes da proporcionalidade, senão se está passando o carro na frente dos bois.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – É verdade, é isso mesmo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Portanto, primeiro, proporcionalidade, dois dias; segundo, indicação dos blocos, que são cinco dias úteis – não conta o domingo nem os feriados, se houver feriado pela frente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Eu acho que foi nesse contexto, Presidente, que o Deputado Robério Negreiros, Líder do Governo, pediu esses dois dias de prazo, justamente para publicar a proporcionalidade e os blocos se ajustarem. Posteriormente a isso – dois dias, amanhã e depois, quinta e sexta –, a partir de segunda, começariam a correr os cinco dias, o que daria na próxima sexta-feira. Eu acho que dois a mais... Justamente para não incorrer em alguma possibilidade de erro, o que foi tão aventado aqui, nesta sessão. Quero corroborar o que disse o Líder do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Desculpe-me, Deputado Pastor Daniel de Castro. Perdão, não entendi essa última colocação.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu falei que imagino que o Líder do Governo tenha sugerido esses dois dias justamente para publicar a proporcionalidade e os blocos se ajustarem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O que eu entendi do Líder do Governo, Deputado Pastor Daniel de Castro, é que seriam contatos os cinco dias após a reorganização dos blocos. Foi a proposta, mas volto a dizer: é o meu entendimento. Como o Deputado não está aqui para defender a proposta dele, eu acho que ela acaba prejudicada. Portanto, não sei se dá para a gente encaminhá-la já que nem mesmo o Deputado está aqui para poder explicá-la.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, a pergunta que eu faço é a seguinte: todos os blocos desta legislatura já estão publicados ou falta a publicação de blocos ainda? Foram todos publicados?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não. Ainda falta publicar blocos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Porque, se não foram todos publicados ainda, não há como aferir a proporcionalidade. Portanto, é importante que V.Exa., neste momento, determine – não sei se em uma hora, duas horas ou dez horas – que todos os blocos informem suas composições para que V.Exa. possa publicar os blocos e, em seguida, a proporcionalidade. Depois, vem a contagem do tempo para a indicação dos nomes da CPI. É preciso que isso fique determinado hoje.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Presidente, pelo que vi, todos os Parlamentares já estão dentro dos blocos. Ou ainda há Parlamentar que não está dentro de bloco?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – O bloco só existe depois que é publicado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu acredito que todos já foram publicados, Deputado Chico Vigilante. Não sei, mas, pelo menos, é o que a gente viu lá no *site* da Câmara.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Martins Machado está informando aqui que ainda falta os blocos indicarem os membros da CPI. É isso? Mas também é porque as indicações só poderiam ocorrer após a leitura do requerimento, ou seja, após a publicação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Não, Presidente.

Deputado Martins Machado, nós estamos falando de coisas diferentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Coisas distintas. Isso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – A pergunta inicial que eu faço e para qual peço a colaboração do Marcelinho é: estão publicados – com existência nascida aqui na Câmara Legislativa – todos os blocos parlamentares? Estão publicados?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sim.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – E, aí, quem não está em bloco está em partido individual, sozinho, e não se conta proporcionalidade, logo, não vai estar na CPI. É que eu gosto que as coisas fiquem claras.

Portanto, a gente tem que trabalhar em cima da proporcionalidade dos blocos existentes. Aí, V.Exa. vai mandar aferir a proporcionalidade – peço a V.Exa. que publique amanhã a proporcionalidade – e, em seguida, abre-se o prazo para a indicação dos nomes da composição da CPI.

